

Crescimento e dívida são incompatíveis

Ricardo Moraes *

Há quatro anos, em Nova York, o vice-presidente de um dos quatro maiores bancos privados credores do Brasil, e que participava das decisões do comitê de bancos credores, conseguiu esclarecer todas as minhas dúvidas a respeito de como ele e seus pares encaram a questão da dívida externa. Em síntese, o banqueiro afirmou que os bancos não estão preocupados com o pagamento do principal da dívida e que, na remotíssima hipótese de que hoje seja possível pagá-la de uma só vez, isso até seria ruim para os bancos.



A dívida externa é impagável, disse o banqueiro, repetindo as palavras que um ano antes o primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro, martelara em conferências internacionais em Havana. Ao sistema financeiro internacional, ponderou, então, meu interlocutor, interessa mesmo é a circulação do capital, interessa o pagamento dos juros pelos países devedores. O não pagamento dos juros é o pior dos mundos para os bancos. Afinal, os bancos, desde os primórdios, vivem disso, vivem de emprestar dinheiro e depois receber com juros.

Não deve ser outra a razão da ansiedade revelada nos últimos dias pelo presidente do Citicorp, John Reed, e pelo vice-presidente do Banco de Tóquio, Ei-

chi Matsumoto. Reed argumenta que, com a retomada do pagamento dos juros pelo Brasil, o País voltará a receber investimentos externos. Matsumoto receita saldos comerciais elevados para que isso seja possível. Essa receita não é nova e já foi aplicada por governos passados à custa do desenvolvimento econômico do País, e o governo Collor não parece disposto a repetir a dose, como tem dito com todas as letras o negociador da dívida, embaixador Jório Dauster.

Números apresentados pelo diretor da área internacional do Banco Central, Antonio Claudio Sochaczewski, e reproduzidos em texto da editora Maria Clara R.M. do Prado, na edição da última sexta-feira deste jornal, dão bem a medida do esforço cavalaresco que representaria para o País o pagamento nos próximos oito anos do total devido entre juros e amortizações. Sem contar os atrasados, em torno de US\$ 15 bilhões neste ano, e o serviço das linhas de financiamento de curto prazo, o País chegaria a 1998 tendo acumulado pagamentos de US\$ 105 bilhões e ainda ficaria devendo US\$ 47,4 bilhões do principal.

Evidente que realizar esses pagamentos nas atuais condições e sem uma ampla revisão da questão da dívida externa — como corretamente pretendem as autoridades econômicas brasileiras — será impossível ao País retomar o crescimento e chegar ao fim do século com um mínimo de dignidade.

* Diretor deste jornal em Brasília.